

Entrevista com Livia Sobota

Livia Sobota, diplomata e gestora pública brasileira, é Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União.

Ao longo de quase duas décadas no serviço público federal, atuou no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e na Presidência da República. No Itamaraty, destacou-se em temas de governança digital e de cooperação internacional.

Na CGU, coordena a Política de Transparência e Acesso à Informação do governo federal. Sua atuação prioriza a consolidação institucional e a transformação digital da Secretaria; a copresidência brasileira da Parceria para Governo Aberto (OGP); e a transversalização de uma cultura organizacional da transparência no Estado.

Livia é formada em Direito pela Universidade de São Paulo e em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, tendo sido selecionada como Yale World Fellow.

Esta entrevista é conduzida pela **Dra. Fernanda Campagnucci**, Diretora do InternetLab e Editora Especial da Revista da CGU.

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v18i33.1022>

Fernanda: Livia, muito obrigada por aceitar participar desta entrevista. Para começarmos: como você, à frente da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação, avalia o papel da transparência na estrutura atual da administração pública brasileira? Quais são hoje suas principais funções estratégicas?

Livia: É um prazer conversar com você, Fernanda, sobre essa agenda tão importante.

A transparência é uma obrigação constitucional, consagrada no princípio da publicidade, e o principal mecanismo de efetivação do direito de acesso à informação. A política coordenada pela CGU articula o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) com o fortalecimento de capacidades institucionais, por meio de ferramentas como o Portal da Transparência, o Portal Brasileiro de Dados Abertos e o sistema Fala.BR.

Essa política coloca a transparência a serviço da integridade pública, do combate à corrupção, da participação e do controle social e, mais amplamente, de uma gestão pública que responde à sociedade. Basta ver os impactos do Portal da Transparência nessa trajetória de 20 anos: ele contribuiu para re-

duzir custos, melhorar comportamentos dos agentes públicos e aprimorar políticas públicas.

No contexto atual, a transparência ganhou ainda mais importância. Ter acesso a informações íntegras e oficiais fortalece o espaço cívico e embasa o debate público, o que aumenta a confiança das pessoas nas instituições e na democracia. Com tanta informação circulando sobre os temas de interesse público, garantir um fluxo de dados e informações rastreáveis e verificáveis é fundamental. Ajuda a esclarecer fatos, compreender decisões e corrigir erros e imprecisões que circulam nas redes.

O momento também é dos dados. Cada vez mais, os algoritmos de inteligência artificial se tornam fontes relevantes, o que torna a disponibilidade e a qualidade dos dados governamentais ainda mais estratégicas. Por isso, a visão de futuro dessa política exige que a transparência dialogue cada vez mais com a gestão documental, a governança de dados, a proteção de dados pessoais e a segurança da informação. Precisamos de uma visão integral sobre como gerir, qualificar e disponibilizar informações públicas.

Fernanda: No âmbito mais amplo do governo aberto, as políticas de dados abertos sempre ocuparam um espaço de destaque no Brasil. Como

você vê a evolução dessa agenda no país e em que estágio de maturidade estamos atualmente? Quais são os principais desafios para ampliar não apenas a disponibilidade, mas também a qualidade e o reuso dos dados abertos no Brasil, tanto por parte do Estado quanto da sociedade?

Livia: O Brasil foi um dos fundadores da Parceria Internacional para Governo Aberto em 2011, em grande parte pelo reconhecimento internacional dos avanços já acumulados. O lançamento do Portal da Transparência, em 2004, consolidou um modelo de transparência orçamentária singular pela rapidez, abrangência e confiabilidade.

Os dados abertos coroam essa trajetória ao qualificar a transparência ativa com base em critérios de encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização. Ao disponibilizar dados estruturados e legíveis por máquinas, amplia-se o acesso e a possibilidade de reutilização para inovação tecnológica e social, pesquisa científica e desenvolvimento da economia de dados, além de fortalecer o controle social. Vejo os dados abertos como o padrão-ouro da transparência, a transparência estruturante do futuro.

O governo federal apresenta elevado grau de maturidade nessa agenda. Este ano, o OURData Index da OCDE posicionou o Brasil como o 8º do mundo e o 1º da América Latina. Já são mais de 19 mil conjuntos de dados disponíveis, com mais de 120 mil recursos no Portal Brasileiro de Dados Abertos, que registra em média 2,7 milhões de usuários por ano. Os Planos de Dados Abertos vêm sendo implementados com estímulo e monitoramento da CGU, em iniciativas como a Semana Dados BR - já em três edições, com a quarta prevista para 2026 - e o Concurso Nacional de Reúso de Dados, lançado no ano passado.

Os próximos passos passam pela catalogação ampla dos dados governamentais - não apenas dos dados abertos, mas do conjunto mais amplo de bases existentes -, para que o Estado conheça seus ativos informacionais e possa estruturar suas políticas de forma mais estratégica. Também buscaremos novas melhorias no Dados.gov.br, implementaremos ferramenta para ampliar a qualidade dos dados, e intensificaremos a articulação com estados e municípios, aproveitando que o Portal Brasileiro de Dados Abertos está aberto a todos os entes federativos e poderes. Estamos apoiando alguns ecossistemas de dados, aproximando publicadores e usuários para fomentar a colaboração e a geração de valor a partir destes ativos digitais.

Fernanda: O Brasil, que esteve entre os países fundadores da Parceria para Governo Aberto (OGP), voltou à copresidência da iniciativa em 2025. A partir dessa trajetória, que transformações você destacaria que a OGP trouxe para o Estado brasileiro e para a relação entre governo e sociedade?

Livia: A experiência do Brasil na construção de um governo mais transparente, participativo e responsável antecede o próprio advento da noção de governo aberto. Ela nos credenciou a participar da fundação da Parceria e a incidir nos seus rumos a partir de um olhar do Sul Global e latino-americano.

A OGP contribuiu para institucionalizar essas práticas sob a lente do governo aberto, materializando-se nos planos de ação — em vigor desde 2011, atualmente no sexto ciclo — e, progressivamente, na consolidação de uma política mais estruturada. No nosso primeiro plano de governo aberto, por exemplo, tivemos dois marcos importantes: uma implementação efetiva e robusta da Lei de Acesso à Informação e o lançamento do Portal Brasileiro de Dados Abertos. A intenção agora é fazer o governo aberto permear mais a ação estatal e aproximá-lo dos debates centrais sobre gestão pública.

O fato de os planos de ação terem sido mantidos ao longo de diferentes governos reforça o caráter de política de Estado. A condução dessa política não depende da OGP, mas se apoia em trajetória, capacidade institucional e compromisso acumulados. A OGP funciona, assim, como uma rede voluntária que conecta o Brasil a experiências internacionais, complementada domesticamente pela Rede Brasileira de Governo Aberto, pela Rede Acadêmica de Governo Aberto, pela RedeLAI e pelo Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção da CGU.

Fernanda: Ao longo desses quase 15 anos, você avalia que os princípios originais da OGP se mantiveram estáveis ou passaram por reinterpretações diante das mudanças no cenário internacional? Quais seriam as principais inflexões?

Livia: O próprio avanço da agenda traz dinamismo aos princípios de governo aberto. A cada conquista, um novo objetivo se coloca. Muitos países já têm um portal de transparência e agora investem em novas funcionalidades. A demanda da sociedade por dados se sofisticou. A emergência de novos temas, como integridade informacional, transparência algorítmica e proteção do espaço cívico digital, desafia os atores a evoluir a agenda.

Mas os princípios inscritos na Declaração original de Governo Aberto permanecem basilares, vigentes e ainda mais necessários no cenário atual. Não se trata propriamente de uma reinterpretação. Valores como abertura, democracia, transparência, integridade pública, prestação de contas e participação social continuam centrais para a melhoria da gestão e para a formulação de políticas que produzam efeitos concretos na vida das pessoas.

O cenário internacional levanta preocupações sobre a resiliência da democracia, mas a experiência acumulada mostra um movimento amplo e ativo de atores comprometidos com a agenda de abertura. Esse dinamismo sustenta a atuação da Parceria e exige estabilidade e serenidade para lidar com oscilações políticas internas aos países membros.

O que se impõe agora é ajustar a ação concreta da OGP a prioridades claras e a uma mensagem política consistente, capaz de mostrar o valor real das estratégias de governo aberto para a sociedade e para o Estado. Isso implica priorizar uma cooperação orientada pela demanda daqueles que desejam avançar, sem a pretensão de intervir em dinâmicas nacionais para as quais a OGP não dispõe de mandato, perfil ou recursos. E eu asseguro: somos muitos os que queremos avançar.

Fernanda: Pensando na copresidência do biênio 2025–2026, quais são os principais legados que o Brasil pretende deixar — tanto para a região quanto globalmente? E quais desafios se colocam para exercer essa liderança no cenário internacional atual?

Livia: A copresidência brasileira da OGP, exercida junto com a advogada queniana Steph Muchai, representante da sociedade civil, ocorre em um momento em que a estratégia da organização já está definida. Não se trata de um momento de inflexão, mas de transição: apoiar a Parceria na navegação de um contexto desafiador.

Nossa prioridade é implementar com fidelidade a estratégia definida, fortalecer a capacidade de adaptação num ambiente volátil e atuar como força agregadora diante da fragmentação do diálogo internacional. A mensagem aos membros é clara: há uma visão construída coletivamente, há uma direção definida, há clareza sobre as ações necessárias. Firmeza combinada com escuta ativa.

No plano regional, buscamos inserir o tema de governo aberto de forma mais central nas discussões

da Rede de Transparência e Acesso à Informação da Ibero-América (RTA), que se reuniu este mês em São Paulo. Destaca-se também a centralidade das políticas climáticas nessa agenda: a copresidência foi lançada durante a COP 30, com a participação dos três ministros das pastas diretamente relacionadas — a CGU, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O principal desafio é a erosão da capacidade de diálogo em um contexto de intensificação de conflitos e de fragmentação da ordem global. Esse cenário reduz o espaço para negociação de diferenças, e é exatamente aí que a agenda de governo aberto se apresenta como parte da resposta, ao materializar um compromisso político em mecanismos de diálogo e processos de gestão concretos, que institucionalizam a democracia na prática e a tornam mais resiliente.

Fernanda: Em muitos fóruns, inclusive na OGP, as tecnologias digitais são tratadas apenas como meios para promover transparência, participação e integridade. No entanto, há um debate crescente sobre riscos como dependência tecnológica, exclusão digital e limitações à soberania. Para finalizar, como você enxerga o papel da tecnologia no governo aberto e que princípios devem orientar sua adoção para mitigar esses riscos?

Livia: No contexto da transformação digital, é difícil dissociar o fortalecimento da democracia de um direcionamento dessa transformação para o interesse público, e não apenas para interesses privados. O Brasil reúne vantagens importantes: capacidade acadêmica, talento humano, ativos estatais e instrumentos regulatórios. Tem cultura digital e maturidade no governo eletrônico. Ao mesmo tempo, a economia digital é muito concentrada, e mesmo países tecnologicamente avançados têm dificuldade de se posicionar de forma autônoma, o que torna concretos os riscos de dependência tecnológica, exclusão digital e limitações à soberania.

Vivemos um momento rico nesse debate, com a atualização em curso da Estratégia Brasileira de Transformação Digital, um exemplo de consulta pública que incorpora contribuições da sociedade para orientar o país num ambiente digital em rápida transformação. Também foram abertas consultas para a Política de Governança de Dados e o Guia do Uso Ético de IA, e foi ampliada a participação da sociedade civil no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

A agenda de governo aberto contribui, mas não pretende resolver toda essa complexidade. O ponto central é reconhecer que a revolução digital atravessa a prática do governo aberto e a própria democracia, ampliando oportunidades e riscos, e que ela exige políticas consistentes, baseadas em direitos, e ações coordenadas entre Estados.

Para mim, a OGP deve integrar essas coalizões mais amplas sem perder sua vocação central: ser um espaço de troca sobre como construir, na prática, go-

vernos mais abertos, democracias mais resilientes e um mundo de diálogo e cooperação internacional.

Fernanda: Assim, encerro nossa entrevista. Gostaria de registrar meu profundo agradecimento à Secretária Livia Sobota, pela generosidade em compartilhar sua experiência, suas reflexões e a visão estratégica que tem orientado a política de transparência e acesso à informação do governo federal. Sua contribuição enriquece este número da Revista da CGU e reforça o compromisso da publicação para elevar a qualidade dos debates.



Livia Oliveira Sobota

Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6958-6752>

livia.sobota@cgu.gov.br



Fernanda Campagnucci Pereira

InternetLab
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0407-087X>

fernanda@internetlab.org.br